



Anais da Assembléia

Nº 82

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 27 DE AGOSTO DE 1985.

ANO XI

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM COMEMORAÇÃO
À SEMANA NACIONAL DOS EXCEPCIONAIS
REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 1985
TERÇA-FEIRA**

Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes para ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

**(É EXECUTADO O HINO NACIONAL PELA BANDA
DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ)
(Palmas)**

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Péricles Pacheco.

As quinze horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. Presentes ainda, inúmeras autoridades civis e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Sob a proteção de Deus, declaro aberta a

SESSÃO ESPECIAL

Esta Presidência, com muita satisfação, anuncia a composição da Mesa.

Excelentíssimo Senhor Antenor Ribeiro Bonfim, Secretário de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários; representando Sua Excelência o Senhor José Richa, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssima Senhora Maria de Fátima de Azevedo Ferreira, representante de Sua Excelência a Senhora Arlete Richa, Presidente da Legião Brasileira de Assistência; Excelentíssimo Senhor Odilon Sebastião Ribeiro dos Santos, representante dos deficientes; Excelentíssimo Senhor José René Germano, representante dos Senhores Pais dos Excepcionais; Excelentíssimo Senhor 1.º Secretário da Assembléia Legislativa, Deputado Anibal Khury; Excelentíssimo Senhor Péricles Pacheco, 2.º

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Excelentíssimas Autoridades, Senhores Deputados.

Embora o programa do excepcional seja essencialmente humano e de maneira objetiva deve ser estudado pela Nova República e efetivamente abordado pela Constituinte.

Até agora a legislação brasileira tem silenciado quanto à obrigatoriedade do ensino a excepcionais, quase marginalizados no contexto social, poderiam, se educados adequadamente prestar uma valiosa contribuição à sociedade, conquistando assim seu reconhecimento como força produtiva e viabilizando seu processo de desenvolvimento de suas potencialidades.

É fácil deduzir, que a educação especial para o excepcional seria um instrumento fundamental na sua formação como cidadão e na preparação para o exercício de funções sociais.

Entretanto, o caso de obrigatoriedade de ensino para excepcionais deve ser flexível, pois a questão envolve muitos aspectos sérios, quer quanto a unidades escolares ou salas de aulas especiais, convenientemente equipadas para cada tipo de excepcionalidade, ou mesmo considerando a peculiaridade de cada educando.

Sabemos a tarefa gigantesca e delicada que será promover gradativa e racionalmente a implantação de um sistema de ensino obrigatório para excepcionais que consiga ser a um só tempo racional e humano, que não seja sobrecarregado com tarefas assistenciais que comprometam suas tarefas específicas e fundamentais.

Assim, a não ser o princípio constitucional da assistência ao excepcional, não temos um arcabouço jurídico como o estatuto do excepcional que efetiva concretamente, instrumentalize e assegure esta assistência estatal e possibilite também, a realização humana destas pessoas.

A tarefa de legislar neste sentido é um dos desafios da Nova República e mesmo da Constituinte. A sociedade está, pois, convocada junto com os legisladores e constituintes para esta tarefa indispensável e esta obra social e humana que se faz sentir no Brasil de hoje.

Para falar, em nome da Assembléia Legislativa, concedo a palavra ao nobre Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados (Lê):

"O Brasil vive, hoje, mais uma página de esperança em sua história. Superados vinte e um anos de regime militar, sonha o País com projetos de reconstrução. As leis começam a ser repensadas. Mudanças importantes foram prometidas pelos que hoje governam, diante das praças repletas de corações angustiados".

Essas frases iniciam a apresentação do Livro — "BRASIL: NUNCA MAIS." Resultante de uma investigação no campo dos Direitos Humanos:

Nós as reproduzimos aqui porque se prestam com precisão para o nosso pronunciamento em relação à pessoa excepcional.

Um projeto de reconstrução social somente terá substância na medida em que incorpore os mais variados aspectos e necessidades que envolvem o ser humano.

A reconstrução social não acontecerá enquanto houver discriminação entre os cidadãos, enquanto cada homem que compõe a sociedade não for merecedor de gozar com plenitude dos seus direitos constitucionais.

Necessário que seja reservado o espaço para o repensar das leis, porém, muito mais emergente, é a sua aplicação, na medida em que, uma vez sendo justas, possam beneficiar a população do País, do Estado, de cada comunidade.

Mudanças importantes foram prometidas ... mudanças importantes têm de ser igualmente incorporadas e assumidas na sua globalidade.

Assumir nossa parcela de responsabilidade para com as pessoas portadoras de deficiência significa reconhecer nelas o direito de participação efetiva dos diversos segmentos da comunidade humana.

A pessoa alguma, sob qualquer pretexto, poderá ser negado o acesso a esses direitos, mesmo que apresentem alguma limitação de ordem sensorial, motora ou mental, de natureza congênita ou adquirida.

Toda pessoa portadora de deficiência tem direito de acesso aos meios que lhes proporcionem condição de independência, respeitadas as suas limitações naturais.

No entanto, essa consciência do direito dos deficientes está despertando entre nós, ainda com timidez, talvez até provocando, por vezes, algum espanto. Convivência, participação, reabilitação cada vez acontecendo mais, cada vez buscando atingir a um número maior desse contingente que, no Paraná, totaliza mais de oitocentas mil pessoas.

Evidencia-se claramente que a ação governamental para com os portadores de deficiências deve ser ampliada de modo significativo.

São etapas distintas a serem trabalhadas, envolvendo uma gama variada de setores profissionais e comunitárias, que vão da prevenção, identificação precoce da excepcionalidade e avaliação psico-educacional, até ao atendimento propriamente dito.

A questão da educação e da reabilitação exige concentração de esforços administrativos e financeiros que possibilitem a implantação e expansão de programas para o atendimento efetivo dessa população.

A comunidade e a família devem ser preparadas para encarar de frente o problema, assumindo o papel da reivindicação e da participação ativa nas questões do deficiente.

Há que integrar-se à organização das estruturas sociais, onde as forças dos poderes públicos sejam somadas às das comunidades, numa mobilização conjunta de todos os recursos humanos, científicos e materiais necessários a essa obra de resgate dos nossos cidadãos.

Resgatar para desenvolver-lhes a posição social, num processo que repudia a condescendência, o paternalismo, a filantropia. Resgatar, sim, para que cada um desses seres cumpra a sua jornada no mundo com a dignidade inerente a todo ser humano.

A conscientização comunitária e o despertar para o trabalho com as pessoas portadoras de deficiência, vêm sendo desenvolvidos pelo Governo do Estado do Paraná como um todo, com resultados bastante significativos.

Somam-se a esse esforço, as iniciativas de pais e amigos dos deficientes reunidos em associações, delineando horizontes mais promissores.

No entanto, cabe enfatizar que somente decisões e medidas efetivas, aliadas a um trabalho contínuo, poderão modificar o quadro atual, ampliando significativamente o atendimento ora existente.

A pessoa portadora de deficiência não deve ser lembrada somente por ocasião das comemorações da "Semana Nacional do Excepcional", pois, seus direitos perduram ao longo de suas vidas, tanto quanto às obrigações das comunidades para com elas.

"O BRASIL VIVE, HOJE, MAIS UMA PÁGINA DE ESPERANÇA EM SUA HISTÓRIA".

O Paraná busca novas páginas de esperança na história do excepcional. Queiramos que sejam sempre renovadas, mas, que conservem a força e a garra da luta justa e recompensadora."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Neste momento, tenho a honra de conferir a palavra ao Sr. Odilon Sebastião Ribeiro, que falará em nome dos excepcionais do Paraná.

O SR. ODILON SEBASTIÃO RIBEIRO — Excelentíssimo Senhor Nilso Sguarezi, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, demais autoridades, queridos professores.

O momento que ora vivemos, reveste-se do mais profundo significado histórico, educacional e humano. Histórico, porque classifico essa oportunidade como um dos eventos de grande relevância entre as comemorações da "Semana do Excepcional", a nível de

Curitiba. Educacional, porque aqui se acham as autoridades na área da educação, pessoas com larga experiência no atendimento do deficiente visual no aspecto educacional e demais deficientes. Humano, porque tenho a honra e a responsabilidade de dirigindo-me aos Senhores, tentar dizer da realidade e da problemática da pessoa com deficiência.

Corre o tempo em sua marcha inexorável rumo ao porvir. Avança a tecnologia, cresce vertiginosamente a ciência e em relação às pessoas deficientes, as barreiras continuam, são enormes e lacunas precisam ser vencidas.

Não obstante aos esforços de muitos deficientes que galgaram com brilhantismo os degraus da universidade e bem se houveram no meio universitário, não obstante os esforços da comunidade e esforços do Governo. Não obstante muitos deficientes terem constituído família, procurarem viver de maneira digna, profissional, socialmente falando, barreiras de toda ordem existem. Barreiras culturais: "você não pode estudar nesse colégio porque é deficiente". Barreiras de ordem social, dificuldade de aceitação dos grupos à pessoa deficiente. Receio, talvez, de competir igualmente com a pessoa deficiente. Receio, talvez, de ter nesse meio a pessoa deficiente por medo, talvez, de adquirir deficiências. E por raras vezes, dificuldade do próprio deficiente, talvez em se adaptar com determinados grupos, não obstante ao grande esforço que faz o deficiente de conscientização interna e de procura de vencer tais problemas.

Existem ainda barreiras de ordem arquitetônica, e as quais perguntaríamos: quantos e quais são os edifícios de Curitiba que permitem fácil acesso à pessoa deficiente - referindo-me especificamente ao caso do deficiente físico?

Barreiras ainda existem quanto ao mito que se faz a respeito da pessoa deficiente: ou a pessoa deficiente é um gênio, ou é um miserável; ou a pessoa deficiente é um superdotado, um computador, ou realmente não sabe nada; ou excessos de superproteção: devo atender tais pessoas porque assim estarei ganhando o céu; ou excessos de rejeição o que nada traz efetiva e realmente; ou o falso paternalismo; ou ainda, muitas vezes, preferem dar uma verba ou uma mísera esmola pensando que estariam contribuindo com a afirmação das pessoas deficientes.

E são essas barreiras todas que nós, com esse trabalho, a nível de Curitiba, a nível de Estado do Paraná, estamos nos propondo a derrubar. Um Estado como este, tão progressistas dentro da Federação Brasileira, trezentos e onze municípios, tendo apenas em sete trabalhos de educação especial bem edificadas, solidificados, e tendo dezenove municípios com projetos a serem trabalhados. E os demais municípios quando seriam atendidos?

Todas essas dificuldades devem ser vencidas, e é isso que convocamos o Governo, as autoridades e todos nós mesmos empenhados nesta luta.

O que então, solicitar dos Senhores? O que sugerir aos Senhores como uma contribuição para um trabalho efetivo em termos de Curitiba?

Em primeiro lugar, entenderia que se desse maior apoio e incentivo a essa Comissão que há anos a fio tem organizado e preparado as atividades da "Semana Nacional do Excepcional", em Curitiba, o trabalho realmente iria ganhando campo. Que se façam programas de assistência ao deficiente de mais idade, pois isso inexistente em Curitiba; que se olhe para a criança deficiente, aquela realmente carente que precisa estudar e muitas vezes, por condições econômicas, por distâncias, não conseguem chegar até a escola; que prestem mais atenção ao problema do transporte para as escolas que precisam desse meio para que as crianças possam chegar até o local do estudo.

Isso é muito mais a gente poderia dizer, e principalmente aos Deputados, ao pessoal do Governo, que não se façam leis e projetos sem medidas educacionais, que não se façam leis que não se baseiem na área da educação especial em Curitiba, que é realmente um modelo para o Brasil; que se procure fazer realmente tudo em termos de medidas que procurem cada vez proporcionar mais ao elemento deficiente, a esse elemento humano que tanto luta e que precisa realmente, dentro da comunidade, por ele mesmo se fazer aceitar e por todos ser entendido como uma pessoa útil e não inválido, pois ser deficiente não significa ser ineficiente, não significa ser "peso morto", pois muitos contribuem com sua parcela de trabalho para o progresso deste Estado na área da educação e demais atividades humanas.

Tenho a impressão que, imbuídos todos nesses propósitos e firmados nesses pensamentos positivos, conseguiremos não só para o deficiente, bem como também para as autoridades deste Estado uma maior projeção dentro do cenário nacional e um caminho realmente de paz e felicidade.

Obrigado. (Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Para falar em nome dos pais dos excepcionais, concedo a palavra ao Sr. José René Camargo.

O SR. JOSÉ RENÉ CAMARGO — Excelentíssimo Senhor Deputado Nilso Sguarezi, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná e Senhores que compõem a mesa.

Eu, representante dos pais dos excepcionais, indicado para representá-los e reivindicá-los no direito que por lei nos é justo e o qual não está sendo cumprido.

Nós pais, estamos sentindo com o descaso apresentado pelos órgãos governamentais, tanto na área federal, estadual como municipal, e em virtude da falta de apoio na área de saúde, educação, reabilitação especial, reivindicamos o que é de direito que a Secretaria da Saúde assumna a prevenção das deficiên-

cias como fez com a poliomelite que parte da arrecadação da Administração Pública seja destinada às entidades assistenciais particulares, pois, as mesmas estão assumindo o papel do Governo. Que a PROMO-PAR não deixe de atender o deficiente mental adulto; que as verbas para a educação especial seja aumentada, pois, a lei que garante que a educação especial seja gratuita, não é cumprida. Que o deficiente tenha passe livre de imediato até a conclusão do Projeto o qual está sendo elaborado e, caso mais delicado, também os acompanhantes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) — Este Poder

sente-se muito grato pela presença das autoridades, senhores e senhoras que tanto abrilhantaram esta solenidade.

Convido todos a ouvirem o Hino do Paraná, após o que, está encerrada a presente sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a sessão.